

Artigo

Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia

Popular College Preparatory Courses and the potential of their social project: way beyond the pandemic

Cursos Populares Preparatorios para el ingreso a la Universidad e el potencial de su Proyecto social: mucho más allá de la pandemia

Merilin Baldan¹

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/CUR), Rondonópolis-MT, Brasil

Resumo

O artigo é de natureza teórica e bibliográfica, com embasamento na História Cultural, e tem como objeto de pesquisa os Cursinhos Pré-Vestibulares Populares. Os Cursinhos nascem de uma necessidade social frente às desigualdades de cunho educacional, social e econômico, apresentando a estrutura, a organização e o funcionamento de uma educação não formal. Dentro do contexto da pandemia da Covid-19, cuja crise epidemiológica tem impacto direto sobre as crises políticas e econômicas, observamos seus reflexos sobre a manutenção da oferta dos Cursinhos. A questão norteadora desse trabalho pode ser sintetizada da seguinte maneira: De que modo a pandemia da Covid-19 impacta a oferta e o projeto social dos Cursinhos Pré-Vestibulares Populares? O objetivo geral é refletir acerca da relevância do projeto social dos Cursinhos Pré-Vestibulares populares e comunitários a fim de superar as adversidades conjunturais e estruturais. O artigo está organizado na discussão da historicidade da educação brasileira com a finalidade de apresentar as questões estruturais de enfrentamento da exclusão e da segregação, e passa, em seguida, para o debate em torno do ingresso no ensino superior por meio do ENEM e pelas tensões da sua aplicação no contexto da pandemia. Por fim, argui-se a respeito do papel e dos projetos dos Cursinhos. Os resultados demonstram que os Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e Comunitários têm um papel relevante no processo de inclusão de estudantes no ensino superior, democratizando e pluralizando as nossas instituições de ensino superior, principalmente, corroborando para o

¹ Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis, Doutor em Educação. Membro do grupo de pesquisa "Formação Humana, Teorias Educacionais e Políticas Públicas" - FORTEP. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-4605-961X> E-mail: merilimbaldan@gmailcom

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia.*

enfrentamento de políticas excludentes e na construção de outro projeto societário.

Abstract

The article herein is of a theoretical and bibliographic nature as well as based on Cultural History, and it has the Popular College Preparatory Courses as its research object. These College Preparatory Courses come to be out of a social need in face of educational, social and economic inequalities and they present the structure, the organization and the functioning of non-formal education. Within the context of the Covid-19 pandemic, whose epidemiological crisis has a direct impact on the political and economic crises, its reflexes on the maintenance of the Popular College Preparatory Courses were also observed. The guiding question of the present work can be summarized as follows: How does the Covid-19 pandemic affect the supply and the social project of the Popular College Preparatory Courses? The general objective here is to reflect on the relevance of the social project of the Popular and Community College Preparatory Courses in order to overcome the cyclical and structural adversities. The organization of the article is based on the discussion of the historicity of the Brazilian education in order to present the structural issues of facing exclusion and segregation, and then moves on to the debate about getting access to higher education through ENEM (High School National Exam) and the tensions of carrying out the exam in the context of the pandemic. Finally, we argue about the role and projects of the Popular College Preparatory Courses. The results demonstrate that these courses have an important role in the process of inclusion of students in higher education, thus democratizing and pluralizing our institutions of higher education and, most importantly, corroborating the fight against exclusionary policies and the construction of another society project.

Resumen

El artículo es de naturaleza teórica y bibliográfica, basado en la Historia Cultural, y tiene como su objeto de investigación los Cursos Populares Preparatorios para el Ingreso a la Universidad. Estos cursos nacen de una necesidad social frente a las desigualdades de carácter educativo, social y económico, presentando la estructura, la organización y el funcionamiento de una educación no formal. En el contexto de la pandemia de Covid-19, cuya crisis epidemiológica tiene un impacto directo en las crisis políticas y económicas, observamos sus reflejos en el mantenimiento de la oferta de los Cursos Populares. La pregunta guía de este trabajo se puede resumir de la siguiente manera: ¿Cómo impacta la pandemia de Covid-19 en la oferta y el proyecto social de los Cursos Populares Preparatorios para el Ingreso a la

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia.*

Universidad? El objetivo general es reflexionar sobre la relevancia del proyecto social de los Cursos Populares y Comunitarios para superar las adversidades cíclicas y estructurales. El artículo está organizado en la discusión sobre la historicidad de la educación brasileña con el propósito de presentar los problemas estructurales de hacer frente a la exclusión y la segregación, y luego pasa al debate sobre el ingreso a la educación superior a través del ENEM (Examen Nacional de la Escuela Secundaria) y sobre las tensiones de su aplicación en el contexto de la pandemia. Finalmente, discutimos el papel y los proyectos de los Cursos Populares Preparatorios para el Ingreso a la Universidad. Los resultados demuestran que estos cursos tienen un papel relevante en el proceso de inclusión de estudiantes en la educación superior, democratizando y pluralizando nuestras instituciones de educación superior y, principalmente, corroborando para enfrentar políticas de exclusión y en la construcción de otro proyecto de sociedad.

Palavras-chave: Cursinho pré-vestibular. Inclusão Social. Covid-19. Educação Popular. Formação Humana.

Keywords: College preparatory course. Social inclusion. Covid-19. Popular Education. Humane Education.

Palabras claves: Curso preparatorio para el ingreso a la universidad. Inclusión social. Covid-19. Educación Popular. Formación Humana.

Introdução

O presente artigo tem como referencial teórico metodológico a História Cultural, com base em Michel de Certeau (2017) e Marc Depaepe (2012). A partir da História Cultural, consideramos pertinente desvelar as tensões do tempo histórico e da sua narrativa, corroborando com o processo de desmitologização que muitas vezes a escrita da história vem marcada. Ademais, a articulação entre o singular e o plural se faz necessária, em especial, para a compreensão da particularidade do objeto que estamos investigando. Nesse sentido, as fontes históricas são essenciais para que possamos desenvolver a investigação e que, neste artigo, tivemos a oportunidade de contrastar a literatura da área com a produção atual sobre o contexto da pandemia da Covid-19.

Importa destacar que os Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e Comunitários surgiram como mecanismo de inclusão social, por meio da contribuição para o ingresso no ensino superior de muitos estudantes pertencentes às classes populares e/ou grupos minoritários oriundos das escolas públicas. Tais projetos, desde a sua criação, têm enfrentado muitas adversidades para continuarem se organizando e funcionando, superando os obstáculos para garantir que seus estudantes “continuem sonhando” e para que possamos continuar “contando mais uma história” de inclusão social.

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia*.

Mediante a problemática da Pandemia da Covid-19 e as questões em torno do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2020, procuramos inquirir as seguintes questões: Quais são as implicações da pandemia neste cenário? De que modo os Cursinhos Pré-Vestibulares de cunho popular e comunitário podem atuar para reforçar a ideia de que a inclusão social e a construção de uma sociedade mais igualitária não está perdida? Qual é a relevância desses Cursinhos quanto ao projeto social que engendram?

Desse modo, o objetivo geral deste artigo visa refletir acerca da relevância do projeto social dos Cursinhos Pré-Vestibulares populares e comunitários, a fim de superar os projetos excludentes da nossa sociedade. Para tal, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: compreender os obstáculos educacionais enfrentados pelos Cursinhos no processo educativo, com e sem o cenário da pandemia; avaliar a manutenção dos cronogramas de aplicação do ENEM e dos demais vestibulares; ponderar o impacto da pandemia sobre a ação educativa e sobre o público dos Cursinhos Pré-Vestibulares.

Considerando o tempo histórico atual, no qual convive-se com o agravamento das crises política e econômica, bem como com a crise epidemiológica da Covid-19², procuramos pontuar seus efeitos no campo da educação. De tal maneira, iniciamos a discussão analisando o projeto excludente ao longo da historicidade da educação brasileira e, em seguida, debatemos o ENEM dentro de um contexto de desigualdades educacionais e socioeconômicas. Por fim, refletimos sobre o papel e a potencialidade do projeto social de Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e Comunitários, independente do cenário de pandemia. Encerramos o texto com as nossas considerações finais, resumizando os resultados.

2. Da Educação Excludente à Segregação da Educação

Compreender o tempo histórico em sua tensão é essencial, inclusive, para não perdemos de vista a sua trajetória de longa duração. Assim, a educação brasileira, numa perspectiva histórica, pode ser compreendida como um projeto excludente e discriminatório no que tange às categorias de raça/etnia, de classe, de gênero, de sexualidade e geracional.

Ainda, enquanto projeto educacional de Portugal, o Brasil Colônia não apresentou uma política de escolarização da Colônia, deixando a cargo das ordens religiosas as ações educativas. Assim, a Companhia de Jesus assumiu o monopólio da ação educativa por meio da catequese, das casas de bê-a-bá e colégios jesuítas. É importante destacar que dentro da estrutura etnocêntrica, racista e patriarcal, essa educação ocorreu de forma bastante pontual, voltada especialmente aos homens e para a elite. Aos indígenas e aos negros escravizados impôs-se a catequese, isto é, o processo de aculturação, e, aos resistentes, o enfrentamento que muitas vezes acabou nas “guerras santas” e no “etnocídio”.

Com a Independência do Brasil, o projeto de nação e de educação permaneceu o viés excludente, tanto no período imperial quanto na república. Como Veiga (2017) aponta, desde a Independência do Brasil vamos vivenciar

² Para uma melhor compreensão acerca da Pandemia da Covid-19, indicamos a leitura das seguintes obras: Santos (2020), Krenak (2020) e Harari (2020).

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia.*

momentos alternados de ondas conservadoras e autoritárias com conquistas de direitos resultantes das lutas dos movimentos sociais.

Não sem pesar, podemos observar que mesmo as conquistas de direitos guardam algumas características de assujeitamento. No império, tem-se a educação feminina, porém, com um currículo cerceado de estudos “permitidos” às mulheres; tem-se direito à educação proclamado na Constituição de 1824 e na Lei das Escolas de Primeiras Letras de 1827, porém descentrado com o Ato Adicional de 1834, ficando a cargo das Províncias o provimento destas escolas com um número apropriado de população escolarizável nas regiões mais populosas. A educação do negro num contexto de escravização não se apresenta como um direito, sendo que esta ocorre no próprio ofício e é transmitida entre a população negra como forma de resistência e resgate de sua ancestralidade.

Ao adentrar na república, observamos iletrada, o que resultou num levante do movimento educacional que colocou a educação como uma questão nacional. O debate acerca do Analfabetismo no Brasil, que permanece até os dias atuais, permite verificar o quanto o acesso, a permanência e a qualidade social dos conteúdos têm sido negados a uma expressiva parcela da população. Enquanto no passado esta taxa era marcada por adultos e idosos, hoje ela marcadamente representa jovens e adultos.

Nas décadas de 1920 e 1930 podemos compreender um complexo movimento de entusiasmo educacional e otimismo pedagógico, no qual se observa uma série de reformas estaduais e o impulsionamento para a necessidade de uma política nacional de educação, fomentada principalmente pelo Movimento Brasileiro de Educação Nova e pelas disputas de projetos políticos e educacionais que vão percorrer a nossa escolarização. Se no passado os liberais da Escola Nova Brasileira querelavam com os católicos, em dias atuais as disputas ainda permanecem, assim como as temáticas acerca da educação laica e religiosa, do financiamento público da educação e a iniciativa privada, a coeducação e a formação de professores.

O que podemos depreender é que a educação adentrou a república como um espaço de disputa permeado de interesses de grupos políticos e empresariais, com conquistas e reações ao longo do período. Algumas temáticas ainda permanecem e outras demandas emergem, como a educação à distância, o *homeschooling*, a Escola Sem Partido, as Reformas etc.

Todas essas disputas em torno da educação precisam ser observadas do ponto de vista político, embora haja um discurso atrelado à performance metodológica. Muitas dessas reformas educacionais nos colocam, atualmente, num cenário em que o financiamento educacional é o “calcanhar de Aquiles” para o acesso, a permanência e a qualidade social dos conteúdos. Como resultado, temos um movimento de desvalorização dos professores, tanto pelas políticas de formação quanto pelas políticas e planos de carreira, passando pela precarização das condições de trabalho.

Para nos concentrarmos nas duas décadas do século XXI, podemos observar mais atentamente esse movimento entre conquistas e reações neoconservadoras e autoritárias. Por um lado, tivemos grandes conquistas como o reconhecimento da educação como direito, o alinhamento dos planos educacionais, um fundo de financiamento para a educação básica, algumas conquistas para uma educação antirracista com as aprovações das Leis

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia*.

10.639/2003, 11.645/2008 e as Leis de Cotas, além de conquistas nas discussões acerca da diversidade e da questão de gênero e sexualidade.

Por outro lado, vemos a reação com as políticas de contingenciamento e desestruturação dessas discussões por meio de agentes externos alinhados ao governo e agentes internos do governo, as quais nos colocam em um retrocesso educacional. Como exemplos, podemos destacar a extinção da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC), os discursos cisheteronormativos empregados pela Ministra Damares Alves à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do Movimento Escola Sem Partido e a defesa tanto do *Homeschooling* quanto a militarização das escolas públicas. Desse modo, como salientamos anteriormente, a disputa em torno da educação tem sido marcada por processos de exclusão e discriminação.

Por essa razão, os Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e Comunitários emergem dos movimentos sociais, da luta pela garantia da cidadania ativa e para o empoderamento das classes populares transpassadas pelos marcadores sociais da diferença. Eles emergem neste cenário em busca de igualdade de oportunidades que uma sociedade e uma educação excludente não cumprem para grande parcela da população (Carvalho, 2006; Mitrulis, Penin, 2006; Esteban, 2007). Os enfrentamentos para suprir as ausências do direito e das oportunidades, de superar os obstáculos de seleção travestidos pelo discurso meritocrático dos Vestibulares e/ou do ENEM são necessários, como mais adiante vamos aprofundar.

Não por acaso, dentro do cenário da pandemia, acabam por asseverar as exclusões e tornar mais desiguais as oportunidades. Dentro das medidas de contenção da pandemia da Covid-19, tendo em vista a necessidade de evitar aglomerações e garantir o isolamento social, as aulas presenciais foram suspensas, tanto da educação básica quanto do ensino superior. Essa suspensão, todavia, não demorou para ter como questão central a necessidade de efetivar a carga horária de trabalho dos professores a fim de justificar os seus salários, tanto em nível nacional quanto estadual e municipal.

Não obstante, o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) acerca da reorganização do calendário escolar (Brasil, 2020)³ sinaliza esta necessidade argumentando, de modo demagógico, sobre as preocupações com o processo educativo dos estudantes e, principalmente, com o viés político do entrave administrativo e financeiro do não trabalho de professores durante a suspensão das aulas. Desse modo, não tardou para que muitas redes empreendessem as chamadas “atividade não presenciais”, de modo que os professores ministrassem aulas por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e os estudantes as acompanhassem de suas casas.

Faz-se necessário mencionar o quanto essas questões afetam os Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e Comunitários que se veem no

³ O acesso para o Parecer do CNE/CP/no.05/2020, aprovado em 28/04/2004, pode ser visualizado no seguinte endereço eletrônico: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-ppc005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192 (Acesso em: 05/05/2020). Entretanto, para fins de maiores informações e acompanhamento consideramos pertinente o acesso ao site oficial do MEC, no seguinte endereço eletrônico: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/audiencias-e-consultas-publicas> (Acesso em: 10/05/2020).

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia.*

enfrentamento de mais uma adversidade de condições de garantir a sua oferta, pois há um impacto sobre os seus professores e seus estudantes, por ordem de saúde, de trabalho e das possibilidades de manutenção de suas aulas via TDICs.

Cabe destacar neste cenário que é preciso problematizar a configuração do Brasil quanto à apropriação de aparelhos de informação e comunicação, bem como dos variados tipos de acesso à internet, além, obviamente, da questão do letramento digital. Se este cenário já não permite grandes expectativas, dentro do cenário de uma pandemia as coisas tendem a piorar, em especial porque a internet não é um elemento essencial de sobrevivência e, muitas vezes, é vista como primeira opção de corte para a contenção de gastos.

Os resultados do Programa Nacional de Amostras de Domicílios Contínua (PNAD-C), vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2018 (IBGE/PNAD, 2018; 2020)⁴, no tema complementar a respeito do acesso e posse das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), demonstram dados bastante pertinentes. Se por um lado vemos um crescente aumento da posse e do uso dos aparelhos para o acesso à internet em todo o país, por outro é bastante significativa a triangulação desses dados com os aspectos econômicos da população brasileira.

Esse aspecto também é levantado por Pereira (2011), que aponta que a exclusão digital se perpetua em relação à exclusão socioeconômica. Isso evidencia as análises do resultado do IBGE/PNAD Contínua (2018, 2020), que aponta que ¼ da população com 10 anos de idade ou mais não utilizam a internet, e 20,7% desta população não possuem aparelhos celulares, tendo como principais motivos o custo para a aquisição de aparelhos, serviços de internet e a falta de interesse por não saberem usar os dispositivos. Ao constataremos as diferenças socioeconômicas históricas em nosso país, bem como o impacto da crise econômica ampliada pela pandemia da Covid-19, não causa espanto que os custos com os aparelhos e acesso à internet tendem a ser reduzidos ou eliminados por grande parcela da sociedade brasileira.

Dentre as finalidades dos aparelhos multifuncionais, como os aparelhos celulares, está o acesso à internet. Tal acesso, de acordo com a análise dos resultados do IBGE/PNAD Contínua (2018, 2020), se refere a conversas e chamadas de vídeo, assistir vídeos (de programas a séries e vídeos) e o envio e recebimento de mensagens eletrônicas, isto é, o *e-mail*. Como salientado por Pereira (2011), a ampliação do acesso aos aparelhos e à internet e, portanto, a sua democratização, não caminha *pari passu* com o processo de letramento digital.

O letramento digital significa reconhecer os usos sociais das TDICs que tratam do reconhecimento dos significados sociais, isto é, para além do acesso e do uso para a leitura e escrita é preciso compreender como transformar as informações em conhecimentos. Os modos de leitura alteram-se no meio

⁴ Os dados e resultados, referente a pesquisa complementar relativa às TICs, podem ser conferidos diretamente no Site Oficial do IBGE no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=resultados> (Acesso em: 10/05/2020). Ademais, o Site Oficial do IBGE permite acompanhar outros dados relevantes sobre o contexto brasileiro que devem ser acessados pela sua população, ainda que as autoridades tenham tentado inviabilizar a sua realização como acompanhado durante o Governo de Jair M. Bolsonaro.

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia.*

digital, em especial pelo acesso rápido e não verificado da informação, a disseminação de *fake news*, a transformação da leitura permeada de *hiperlinks*, etc.

Em suma, dadas as desigualdades socioeconômicas e educacionais, não se pode dizer que há para a população brasileira uma universalização do acesso aos aparelhos de tecnologia de informação e comunicação, sejam eles digitais ou não, além do fato de haver uma variação enorme dos tipos de pacotes de dados que a população consome. Ademais, o cenário aponta que muitos desses aparelhos e pacotes são compartilhados entre os familiares que dependem, principalmente, dos acessos públicos de redes de *wi-fi* para baixarem os dados.

Ainda encontramos os obstáculos quanto ao letramento digital. Ter acesso a um aparelho e à internet não é garantia do (re)conhecimento do uso social da informação e da comunicação. Além disso, atividades de educação à distância, ou, para utilizar o seu eufemismo, “atividades não presenciais”, demandam disciplina e habilidades de operacionalizar a leitura.

De que maneira é possível garantir que a população vulnerável, atingida mais ainda pela pandemia, tenha condições de acesso a aparelhos e internet, bem como de vida, para acompanhar as atividades remotas? Num país com baixa escolaridade⁵, como podemos considerar que o acompanhamento “familiar” permite o processo de ensino e aprendizagem da criança e do adolescente? Ou que no contexto desses pais e familiares, responsáveis pelo sustento familiar, haverá disponibilidade de tempo para poderem auxiliar os estudantes?

Os professores, por sua vez, impelidos pelo ordenamento administrativo e político, retornam às suas atividades de forma não presencial sem serem questionados sobre as suas condições estruturais de acesso a aparelhos e de internet, as suas habilidades para a educação à distância, colocando-se com suas fragilidades num lugar de intensificação do trabalho e numa seara desregulamentada no contexto da pandemia.

É importante, neste momento, nos perguntarmos de que modo a pandemia afeta a humanidade. Ela nos afeta como seres humanos? De que modo nos afeta em nossa infância, juventude, maturidade e velhice? De que maneira nos afeta enquanto categoria de trabalhadores?

Observamos que os problemas anteriores à pandemia tendem a se ampliar em níveis inimagináveis durante e após a pandemia, principalmente porque não nos preocupamos em nenhum momento quanto ao impacto dessa crise sobre nós, o impacto desse adoecimento de uma sociedade do cansaço, sobre a nossa vida psíquica e saúde mental.

A esse respeito, é importante destacar que o impacto de pandemias afeta biopsicossocialmente as pessoas, principalmente com efeitos sobre a saúde mental e, como declarado pela Organização Mundial da Saúde, este tem

⁵ De acordo com os dados disponibilizados sobre Educação, no IBGE/PNAD Continua (2019), o Brasil ainda encontra um grande percentual de analfabetismo elevado, tanto entre jovens (6,8%) quanto entre idosos (18,6%); e cujos níveis de escolaridade brasileiros ainda são baixos, isto é, 47,4% da população apresenta a etapa obrigatória de educação. Para maiores informações, sugerimos a consulta do site oficial do IBGE, no seguinte endereço: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101657>.

Sugerimos também o informativo síntese disponível no seguinte endereço eletrônico: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf (Acesso em: 10/05/2020).

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia*.

sido um dos problemas de saúde pública em nível internacional. Na visão de Ornell *et al.* (2020), nos processos de pandemia há uma preocupação inicial com os fatores patogênicos, os riscos biológicos e mecanismos fisiopatológicos envolvidos no caso, deixando em segundo plano as medidas de prevenção, contenção e tratamento, o que favorece as implicações psicológicas e psiquiátricas.

Dentro desta perspectiva, os estudos têm constatado que, em eventos de epidemia, para além das pessoas contaminadas, há um número muito maior de pessoas afetadas em sua saúde mental, pois tais eventos causam, dentre outros, repercussão emocional e comportamental, como medo, insegurança, sensação de abandono, estados depressivos, síndrome do pânico e depressão pós-traumática, tentativas e casos de suicídio (Ornell *et al.*, 2020; Faro *et al.*, 2020). Nesse sentido, com os estudos e a experiência de epidemias anteriores, tem-se investido na necessidade de prever diretrizes e ações que também atuem minimizando impactos na saúde mental das pessoas afetadas pela Covid-19. Porém, estas ações ainda carecem de serem implementadas.

A preocupação do governo brasileiro e do mercado está exclusivamente focada num retorno forçado a uma “normalidade” fantasiosa que tem como objetivo a garantia de um pífio crescimento econômico que não vai ocorrer, mas que precisa justificar o trabalho de uma classe subjugada, precarizada, assediada o tempo inteiro por um discurso político. Tal preocupação reduz o professor à sua sala de aula, como mero “fazedor de aula”, deixando de lado todos os pressupostos de planejamento, formação, reflexão coletiva, mediação, apoio para se pensar e realizar o processo de ensino e aprendizagem.

Reduz, ainda, a função da escola e do ato de ensinar, por meio da necessidade de “reposição das aulas” e “reorganização do calendário escolar”, como se pudesse apagar o sentido e o significado da educação e da formação humana que cabe à escola realizar. E tudo isso será, novamente, responsabilidade dos professores, pois a conta do desempenho nas avaliações institucionais e de larga escala sobre eles irá recair, assim como sobre aqueles que não puderam acompanhar as aulas remotas.

Em suma, se atua na pandemia com a mesma intenção que a necropolítica⁶ age em tempos de “normalidade”: sucateamento das escolas públicas, a ausência do financiamento público dados os contingenciamentos, regulação e controle da atividade educativa por meio das suas políticas de formação de professores, de currículo e de avaliação, responsabilizando os professores pelo desempenho dos estudantes, e estes pelo seu sucesso e seu fracasso, ou seja, operando na falsa ideia de meritocracia.

E para tal, operam com as políticas regulatórias, como a política de avaliação de larga escala em todos os níveis de ensino. Dentre essas políticas, destacamos o Exame Nacional do Ensino Médio e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), o qual tem sido utilizado para o ingresso nas Instituições de

⁶ Tomamos de empréstimo o conceito de Achille Mbembe a respeito do necropoder e necropolítica. De acordo com Mbembe (2016), ao analisar as relações entre soberania, estado de exceção e estado de sítio, o conceito de biopoder desenvolvido por Michel Foucault, não permitia analisar a complexidade assumida na contemporaneidade. Desse modo, o autor compreende o necropoder e a necropolítica como as muitas maneiras empreendidas no mundo contemporâneo com o objetivo de destruição de massa ou induzindo, por via da classificação das pessoas dentro da população, a submissão de “mortos-vivos”. Para uma melhor compreensão, torna-se indispensável a leitura integral de sua obra.

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia*.

Ensino Superior Privado desde 2004 via ProUNI e FIES e, posteriormente, a partir de 2009, pela maioria das Instituições de Ensino Superior Públicas⁷.

Ademais, fica aberto um espaço amplo para a iniciativa privada vender para os professores e as redes de ensino pacotes de cursos e plataformas virtuais, ampliando lucros em detrimento da inclusão.

3. ENEM e o cenário de desigualdades

É importante destacar que o Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1998, dentro das políticas regulatórias de avaliação. Nesta fase, o exame era aplicado em um único dia, com 63 questões, envolvendo todas as áreas do conhecimento.

A partir de 2009, devido ao seu amplo uso para o ingresso no ensino superior público, o ENEM passou a contar com 180 questões, sendo realizado em dois dias. Constata-se que, a partir de 2009, o ENEM transformou-se em território de disputa, com vazamento de provas/questões e ajustes quanto à metodologia de avaliação, tempo de prova, atendimento às religiões sabatistas, etc.

A proposta de implantação do SiSU tinha como objetivos a redução dos gastos e a promoção de uma seleção unificada, diminuindo a ineficácia de vagas ociosas no ensino superior, e também a promoção da mobilidade geográfica dos estudantes. A meta de massificação do ensino superior, todavia, contou, ainda, com políticas de expansão do ensino, política de ações afirmativas e a lei das cotas (Vargas, 2019).

Destaca-se, ainda, que o ENEM, está dentro das políticas de performatividade, compõe um sistema educacional bastante desigual, como temos apontado neste artigo e como testemunha a nossa literatura educacional. Assim, observa-se que as barreiras para o acesso e a permanência no ensino superior por grande parte dos estudantes e egressos do Ensino Médio oriundos das classes populares e grupos minoritários ainda se fazem presentes (Lopes; Lopes, 2010; Vargas, 2019). Diante do quadro de desigualdades socioeconômicas e educacionais, embora permitindo o acesso ao ensino superior, nem todos os estudantes conseguem concluí-lo.

Nesse sentido, os Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e Comunitários têm um papel muito importante, tanto no que tange à tentativa de superar essas desigualdades educacionais, quanto a possibilitar ao estudante informações sobre as ações afirmativas e auxílios possíveis dentro das Universidades para garantir tanto o seu ingresso quanto a sua permanência no ensino superior.

Dentre as novidades e ajustes do ENEM, a oferta de 2020 vem com duas questões atreladas. A primeira delas se refere ao ENEM Digital e, a segunda, à manutenção das suas datas em um contexto de pandemia pelo Covid-19. O Enem Digital, conforme Edital publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Ministério da Educação e Cultura INEP/MEC, aponta na possibilidade do participante escolher a realização da prova impressa ou da prova digital. A escolha pela prova digital não pode ser transferida posteriormente, cabendo ao INEP o manejo para a

⁷ As informações podem ser obtidas diretamente nos sites oficiais do MEC/INEP, bem como há uma ampla literatura de análise do ENEM.

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia.*

localidade mais próxima daquela escolhida do candidato caso o número de vagas se exceda. Os candidatos serão comunicados via Cartão do Candidato.

Destaca-se que há oferta do ENEM Digital em todos os Estados, porém, não em todos os municípios. Isso acaba gerando grandes distorções, em especial por se tratar do espaço territorial brasileiro e da dimensão das distâncias entre alguns municípios. No Estado do Mato Grosso, por exemplo, os municípios com oferta do ENEM Digital são Cuiabá (capital), Várzea Grande e Rondonópolis. Se por um lado as distâncias entre Cuiabá e Várzea Grande são pequenas, 8 km, por outro o mesmo não ocorre entre Rondonópolis e Cuiabá e/ou Várzea Grande, que estão distantes 216 km, ou seja, aproximadamente 3 horas de diferença.

Desse modo, ao fazer a inscrição e a opção, o candidato deve levar em consideração essa possibilidade de poder ser redirecionado para outro município que não o da escolha informada no ato da inscrição. É preciso levar em consideração o tempo e as condições de deslocamento.

Outra questão, de cunho mais pedagógico, envolve as habilidades e competências para a feitura de uma prova longa por meio de um computador que vão além das disciplinas. O estudante precisa estar habituado não apenas ao uso do computador, mas também à dinâmica de realizações de avaliação nesta plataforma.

Como sinalizamos anteriormente, o acesso aos aparelhos e tecnologias, digitais ou não, de informação e tecnologia no Brasil não é universalizado, assim como os diferentes tipos de pacotes de internet que permitem diferentes possibilidades de carregamento e uso dos dados, não sendo, portanto, uma opção inclusiva.

Ainda que tenhamos a questão da tecnologia incorporada ao pensamento educacional e às suas políticas, observa-se que os constantes cortes orçamentários para a educação e a saúde inviabilizam a compra e a manutenção de equipamentos atualizados e em número suficiente nas escolas públicas. Do mesmo modo, o uso dos laboratórios de informática, quando existem, não apresentam uma uniformidade, porque são utilizados em conformidade com o trabalho educativo dos campos disciplinares.

Desse modo, parece um atendimento da demanda de setores privados, em especial para a oferta do ENEM Digital, que já assumiram parte da sua carga horária ou oferta de cursos e simulados integralmente em plataformas virtuais. Todavia, essa não é a realidade de muitos dos Cursinhos Populares e Comunitários que não contam com uma infraestrutura física e material e nem recursos.

Se o advento do ENEM Digital, a curto prazo, pode nos deixar tranquilos, pois a opção da prova impressa ainda permanece, por outro lado, a médio e a longo prazo, essas medidas podem se tornar perigosas.

Num contexto de contingenciamento de gastos e com políticas excludentes assumidas de forma bastante escancarada pelo Governo, a adoção do ENEM Digital se concretiza como opção. Considerando a educação como um campo de disputa, na qual a educação à distância e os grandes conglomerados têm na educação seu filão lucrativo, observa-se que as políticas vêm sendo orientadas e orientando a indução das plataformas virtuais, mercado em expansão da iniciativa privada.

Assim, consideramos pertinente nos atentarmos para a repercussão da aplicação do ENEM Digital e da confluência das políticas que vêm sendo

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia.*

apresentadas no Brasil com perfil excludente. Afinal, estamos falando de um instrumento de avaliação em larga escala de um nível de ensino em disputa ao longo da historicidade da educação pública brasileira e como ferramenta para a inclusão no ensino superior por meio do SiSU, que aflora o perfil discriminatório e excludente da sociedade brasileira.

Não por acaso, logo ao assumir o Governo, Jair M. Bolsonaro salientou que iria verificar a prova do ENEM antes da sua aplicação, estabelecendo um censor sobre a avaliação. Foi possível, dentro dessa censura, observar algumas mudanças na elaboração das provas. Desse modo, temos visto o ENEM como um espaço de disputa e ao qual precisamos nos atentar.

Diante da pandemia da Covid-19, o INEP e o MEC buscaram fazer a manutenção do cronograma do ENEM⁸, apesar da manifestação de estudantes e professores, bem como movimentos organizados de educação popular e cursinhos, o governo tem reafirmado a manutenção das datas⁹.

Em conformidade com o noticiado pelo jornal Folha de São Paulo no dia 05/05/2020¹⁰, o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub¹¹, sinalizou que o ENEM não seria adiado, pois a prova é um instrumento de seleção e não objeto de correção de injustiças sociais. A declaração ganhou eco e se consolidou com a campanha oficial do governo sobre o ENEM, cujo discurso, propalado na voz de jovens presentes na campanha, reforça a manutenção das datas.

Na Campanha oficial, lançada em 04 de maio de 2020, afirmou-se duas vezes que “a vida não pode parar”, mensagens que aparecem no início e ao final da peça publicitária. É de uma ausência completa de sensibilidade dizer para uma população que a vida continua, enquanto os números de mortos por coronavírus no Brasil o coloca na posição dentre os países com maior número de mortos¹². Tais números só tem aumentado progressivamente, principalmente pela ineficaz gestão da crise epidemiológica no Brasil. Esses números projetados entre janeiro e fevereiro, até as novas datas do ENEM2020, chegarão a quanto? Quantos de nós e de nossos familiares não sucumbirão? Quantas pessoas conhecidas de alguém não terão morrido?

Como afirma a psicanalista Maria Rita Kehl¹³, devido aos riscos de contaminação, os mortos por Covid-19 não têm tido seu sepultamento realizado pelas famílias, o que tem se agravado com o aumento do número de mortes por dia. Essa situação de sepultamento interminável, na visão da psicanalista, afetará as pessoas que não sepultaram seus mortos.

⁸ As datas iniciais do ENEM 2020 eram 1 e 8/11 (versão impressa) 22 e 29/11 (versão digital).

⁹ Para além dos abaixo-assinados criados em prol da alteração das datas do ENEM, foi apresentado o Projeto de Lei 1277/2020, votado e aprovado por unanimidade no Senado em 19/05/2020, seguindo a tramitação na próxima instância com os destaques realizados. O referido Projeto de Lei pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141354> (Acesso em: 19/05/2020).

¹⁰ Conferir em Lemos (2020).

¹¹ Abraham Weintraub anunciou em 18/06/2020 a sua saída do MEC.

¹² Os últimos dados oficiais captados até a data de 04/06/2020 era de 30.925 mortos, sendo 1 morto por minuto até então. A página oficial do Ministério da Saúde, no seguinte endereço eletrônico: <https://covid.saude.gov.br/>; alterou o horário e a forma de apresentação dos dados gerando mais caos. Com a finalidade de evitar distorções, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde criou o Painel para divulgação paralela dos dados que pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>

¹³ Entrevista concedida à Vianna (2020).

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia*.

Em outra reportagem, Judith Butler¹⁴ aponta a necessidade do luto político diante das mortes em massa, uma vez que faz-se necessário refletir sobre as responsabilidades históricas e atuais que fazem com que uma grande parcela da sociedade seja vulnerável e excluída, sendo esta parcela a que mais será afetada, em especial pelas decisões políticas que fazem com que o sistema de saúde esteja precarizado, já que as medidas de contenção não tem sido realizadas a fim de auxiliar a população, em especial aqueles que vivem à margem, sem direitos.

Muitos psicólogos, dentre eles Maria Rita Kehl¹⁵, apontam para o agravamento da saúde mental nesse período, com muitos casos de depressão. Os estudos de Ornell *et al.* (2020) e Faro *et al.* (2020) também observam que nos períodos de pandemia, a saúde mental individual e coletiva é afetada, seja intensificando os sintomas pré-existentes, seja desenvolvendo-os, dadas as circunstâncias geradas pelo medo, isolamento e insegurança, incerteza sobre a vida e a morte, etc.

Outros estudos apontam para o aumento da violência doméstica e do feminicídio durante a pandemia. Os dados já alarmantes anteriores à crise epidemiológica se agravam, geram sofrimento, afetam todos ao seu redor, num contexto de confinamento e/ou intensificação de trabalho precarizado.

Em outro momento da peça publicitária que busca, por meio do ENEM, passar o discurso de normalidade empenhada na necropolítica, está a seguinte mensagem: “E se uma geração de novos profissionais fosse perdida? Médicos, enfermeiros, engenheiros, professores, seria o melhor para o nosso país?” e continua “A vida não pode parar. É preciso superar. Se reinventar.”. O argumento se coloca como resposta para a demanda pela suspensão e/ou adiamento do ENEM de 2020.

A mensagem utiliza-se do termo “geração” que, com base na sociologia, representaria uma abrangência de 10 a 20 anos. É importante destacar que eventos globais, como as guerras mundiais e as pandemias, impactam a população de muitas maneiras e marcam uma geração, como muitos livros sobre eventos do passado permitem fazer a analogia com os processos que enfrentaremos com esta pandemia.

No entanto, a peça publicitária deposita a responsabilidade da manutenção da data do ENEM, como se a aplicação de um único ano, fosse impactar na formação de uma geração e, ainda mais perverso, como se o impacto da pandemia sobre toda a população fosse meramente um efeito de superação e de reinvenção. Assim, o discurso propagado na peça publicitária nos permite compreender o modo como se procura operacionalizar a necropolítica por meio das pessoas, no caso, dos estudantes, podendo quem pode e quem tem condições para tal.

Todavia, a solicitação para o adiamento do ENEM de 2020 refere-se a um primeiro momento de má gestão da crise epidêmica no Brasil, a ambiguidade de uma indução ao trabalho remoto e a promoção de uma desigualdade de oportunidades ampliada pela falta de acesso a aparelhos de TDCIS e internet, bem como de letramento digital. Desse modo, a visão excludente da política deste governo é reforçada no trecho “Estude de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, internet, com a ajuda à distância dos professores”.

¹⁴ Entrevista concedida à Yancy (2020).

¹⁵ Entrevista concedida à Vianna (2020).

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia*.

Tal visão coloca, ainda, estudantes e professores num jogo duplo de cobrança e de responsabilização por um futuro que não se pode escrever diante de centenas de mortes por dia¹⁶. Reforça o sentimento de cobrança de perda do futuro e do desempenho com os resultados na atuação do professor, que se vê cobrado e assediado por desempenhar um papel em uma modalidade com a qual nem sempre ele dialoga, o qual não está preparado para assumir. A cobrança desses dois polos tira de foco o que o Estado deveria fazer neste momento para garantir o bem-estar, para evitar um aumento da ansiedade e da depressão e conter os danos psicológicos diante do cenário em que estamos vivendo e que nos marcará.

Nesse sentido, joga novamente para o indivíduo a sua responsabilidade quanto a (sua) superação e reinvenção de si (e do mundo) num contexto em que o Brasil tem se encaminhando para o epicentro da pandemia. São perversos uma propaganda e um discurso que colocam que depende exclusivamente do indivíduo a superação de fatores que estão alheios a ele, mas que o afetam de inúmeras formas. Inclusive, como Judith Butler¹⁷ argumenta na entrevista sobre os efeitos acerca do próprio futuro interrompido, como a sensação de não saber sobre o amanhã, da não possibilidade de prever o passo seguinte. Porém, para o governo, a mensagem é de que “A vida não pode parar!”, pois “As provas serão no final do ano, até lá, estude! Seu futuro já está aí!”.

Diante da repercussão negativa das falas do Ministro e da peça publicitária, assim como a demanda das instituições para o adiamento do ENEM 2020, foi emitida uma Nota de Esclarecimento¹⁸, no site oficial do INEP/ENEM (2020), sinalizando que o cronograma do ENEM está aberto “[...] para nova alteração de data de aplicação das provas, tão logo o cenário fique mais definido [...]”, argumentando que a manutenção das datas serve como forma de “[...] garantir à sociedade que o seu direito ao acesso ao Exame anualmente seja preservado [...]”. O próprio discurso de Abraham Weintraub sinalizou a possibilidade de consulta aos inscritos, em junho, sobre o adiamento do ENEM2020, por meio da Página do Participantes¹⁹. Nada mais irônico, todavia, do que uma consulta online, quando se questiona a dificuldade do acesso digital de estudantes brasileiros.

¹⁶ O número de mortos no Brasil vem crescendo de modo alarmante chegando a constatar em 3o lugar no ranking mundial, com possibilidade de atingir o 2o lugar na segunda semana de junho segundo as estatísticas. Talvez essa tenha isso uma das medidas para que o governo Bolsonaro tenha alterado as formas de apresentação dos dados do Covid-19, pelo Ministério da Saúde, que vinha sendo divulgado no seguinte endereço eletrônico: <https://covid.saude.gov.br/> Com a finalidade de evitar distorções, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde criou o Painel para divulgação paralela dos dados que pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <http://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>.

¹⁷ Entrevista concedida à Yancy (2020)

¹⁸ A nota de esclarecimento emitida pelo INEP/ENEM pode ser conferida na íntegra no seguinte endereço eletrônico: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nota-de-esclarecimento-7/21206 (Acesso em: 19/10/2020).

¹⁹ O discurso do Ministro foi publicada no Portal G1/Educação – ENEM2020, em 19/05/2020, conforme disponível no endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2020/noticia/2020/05/19/ministro-da-educacao-diz-que-em-junho-vai-consultar-inscritos-no-enem-sobre-adiamento-do-exame.ghtml> (Acesso em 19/05/2020)

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia*.

Tal consulta indicava três datas possíveis (dezembro, janeiro e maio), tendo sido a proposta de maio a data de maior votação entre os candidatos do ENEM2020; porém, essa indicação não foi respeitada pelo MEC/INEP. De forma arbitrária e antidemocrática foi divulgada a data oficial para 17 e 24/01 (versão impressa) e 31/01 e 07/02 (versão digital). Essa estratégia gerou um desgaste e continuamos advertindo para a necessidade do adiamento, pois o país não apresentava condições de segurança para aplicadores e estudantes, o que resultou em uma aplicação com maior número de evasão ao longo da história do ENEM.

O futuro, porém, ninguém poderá nos garantir, o que podemos depreender pela perspectiva histórica, observando as marcas da segregação, do racismo e das desigualdades, além da necropolítica que vem sendo implantada e reforçada durante a pandemia, é que a sociedade tende a entrar num estado de “anomia”. Por isso, o nosso acompanhamento é fundamental.

4. Os desafios dos Cursinhos Populares e Comunitários: como atuar diante do cenário de desigualdade socioeconômica e educacional e da necropolítica do Estado Brasileiro

Os Cursinhos Pré-Vestibulares (CPVs) de cunho popular e comunitário, como tem enfatizado a literatura educacional²⁰, emergem da necessidade de auxiliar uma parcela da população marcada tanto pelas desigualdades socioeconômicas e educacionais, bem como pela segregação socioespacial e étnico-racial e que não conseguia ultrapassar as barreiras excludentes dos vestibulares. Como salientamos anteriormente, são resultados dos movimentos sociais e negros na busca de uma cidadania ativa, em prol da igualdade de oportunidades e contando majoritariamente com o trabalho voluntário e doações.

Como já pontuamos, a sociedade e a educação apresentam-se como projetos excludentes e discriminatórios ao longo da história social brasileira e da sua escolarização, quanto a (não) garantia do acesso, da permanência e da qualidade social dos conhecimentos. Do mesmo modo, a produção do fracasso escolar, criado e alimentado por uma estrutura e organização educacional seletiva e excludente, vem marcando grande parte da população brasileira, em especial negros e indígenas, mulheres, a comunidade LGBTQI, jovens e adultos.

Desse modo, os CPVs populares e comunitários buscam, ao mesmo tempo, superar a barreira da ideologia meritocrática forjada na desigualdade histórica e empoderar os estudantes oriundos das escolas públicas e de grupos étnico-raciais com os conhecimentos do ensino médio requeridos no ENEM, bem como conhecimentos fundamentais como cidadania, diversidade cultural, etc. (Klein, Fontana, Carvalho, 2007).

Tal empoderamento se faz necessário a fim de recuperar trajetórias muitas vezes interrompidas de escolarização e temporalmente distantes da formação do ensino médio que precisam se (re)apropriar dos conteúdos das disciplinas a serem estudados, de encontrar condições e tempo para (re)ver e

²⁰ Destacamos as seguintes produções acerca dos Cursinhos Populares e Comunitários na literatura educacional: Rimoli *et al.* (2019); Klein, Fontanive, Carvalho (2007); Esteban (2007); Mitrlis, Penin (2006).

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia.*

assimilar os conteúdos das áreas de conhecimento e suas tecnologias, de compreender o funcionamento e a estrutura do ENEM, de viabilizar o entendimento do formato de escolhas pelo SiSU e demais vestibulares, entre outras questões que emergem nesse contexto de ansiedades, de angústias e de sonhos.

Não podemos deixar de mencionar o alto índice de evasão que encontramos nos CPVs, em especial devido às condições socioeconômicas e culturais que inviabilizam a atividade de estudo dos alunos, pois a materialidade da vida e a necessidade do trabalho muitas vezes são impeditivos da sua permanência nos cursinhos. Outro aspecto importante para observarmos nesse ínterim se relaciona com as desigualdades educacionais que acabam gerando muitas dificuldades para a retomada do estudo e para a assimilação dos conteúdos, que são apresentados de forma muito sucinta, em ofertas extensivas (um ano) e semiextensiva (um semestre).

É interessante observar que o projeto político excludente e seu discurso meritocrático, operacionalizados com uma estrutura que reforça as desigualdades socioeconômicas e educacionais, ganham maior amplitude neste momento de crise da Covid-19, isto é, no estado de pandemia. Pois, o público dos CPVs populares e comunitários fazem parte dos extratos mais vulneráveis da população, que têm tido os seus direitos cada vez mais inviabilizados com as políticas neoliberais e por causa da crise econômica, que tem levado cada vez mais a população a se distanciar dos projetos de mobilidade social perante as demandas que a materialidade da vida impõe.

A estrutura, a organização e o funcionamento dos CPVs populares e comunitários, por sua vez, contam com infraestrutura precária e adaptada para abrigar uma sala de aula, além de nem sempre contarem com recursos financeiros para financiar o provimento de docentes, materiais e alimentação para os seus estudantes e, quando contam, esses recursos se devem a pequenas doações ou taxas simbólicas para a manutenção do espaço, portanto abrigando um corpo docente voluntário, nem sempre com a formação específica para as disciplinas que ministram, mas comprometidos com a função social da educação e empoderamento destes cursinhos.

Nesse processo de pandemia, as suas atividades também se veem abaladas. A inviabilidade das atividades educativas e de aglomeração paralisam as suas atividades presenciais. As pressões acerca de contribuir com o processo formativo dos seus estudantes, que sofrem com a desigualdade de oportunidades educativas, revelam angústias e incertezas.

Como manter as atividades diante do contexto da pandemia? De que modo, os seus estudantes estão sendo atingidos pela má gestão da crise epidemiológica, econômica e política? Como garantir que seu corpo docente, voluntário, tenha condições de tempo e de preparo para manter aulas de modo não presencial, que demandam tempo, recurso e formação didática para que modalidade à distância se efetive? Optar por garantir as aulas não presenciais, também não operaria, no próprio CPV, uma exclusão daqueles que não tem condições de acesso aos aparelhos e à internet? É possível simplesmente não fazer nada diante desse cenário? Se não cancelarem o ENEM, nossos estudantes serão prejudicados mais uma vez?

Essas são apenas algumas das inquietações que estão passando pelos gestores, docentes e estudantes dos CPVs populares e comunitários. As angústias da equipe dos CPVs também afetam o modo de se pensar a

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia.*

educação não formal, de se pensar as razões do trabalho de inclusão social ainda tão necessários em países com desigualdades tão gritantes como o Brasil e o significado político desses espaços na luta por direitos e, principalmente, no posicionamento e reivindicação de uma outra estrutura social.

Isto porque as adversidades ampliadas pela pandemia da Covid-19 apenas escancaram a realidade vivenciada cotidianamente pela população excluída e segregada socioespacial e racialmente na sociedade brasileira. As angústias e reflexões que agora fazemos, nestes momentos, apenas permitem direcionar a atuação dentro dessa estrutura excludente e autoritária, que alega que “A vida tem que continuar!” apesar de centenas mortes diárias apenas pelo coronavírus e que a economia não pode parar por conta de uma “gripezinha”²¹. É preciso ir avante e apontar que “o rei está nu”, trabalhar para a visibilidade dos cursinhos e compreender o trabalho político fundamental desenvolvido por nós.

É importante compreender que os CPVs populares e comunitários, apesar de apresentarem suas especificidades na estrutura, na organização e no funcionamento, reivindicam uma mesma bandeira que é a da justiça social e, portanto, da luta contra a desigualdade e segregação socioeconômica, ambiental e racial brasileira; combatem, também, a política excludente e autoritária, isto é, da sua necropolítica; enfrentam os desafios da inclusão social.

Faz-se necessário o fortalecimento da rede de colaboração entre os CPVs populares e comunitários que, atuando de maneira focal e invisibilizada, podem se fortalecer e ampliar o suporte para as estratégias de ação de estrutura, de organização, de abrangência da sua ação e a potencialidade das ações que toquem a macroestrutura. É preciso fomentar a visibilidade da ação e da atuação em CPVs e reconhecer o seu trabalho educativo e político. É nesse sentido que Mitchell e McHarris arguem para que os projetos sociais vinculados aos movimentos sociais ganhem maior visibilidade e, principalmente, ocupem espaço na arena política, reestruturando drasticamente o poder (Davis; Klein, 2020).

Nesse sentido, é preciso a inserção dos CPVs na discussão política, tanto nos projetos de sociedade quanto no debate em torno das reformas que vêm sendo empregadas. Atuar na superação das desigualdades de oportunidades educativas, pelo ingresso no ensino superior, pela emancipação de negros, de mulheres, da comunidade LGBTQI, de jovens e adultos que retomam os seus estudos em idade mais avançada, é discutir políticas de inclusão, é problematizar porque há exclusão e apontar as opressões que operacionalizam o pacto com a manutenção da desigualdade e da necropolítica no Brasil e no Mundo.

5. Considerações finais

A partir dos pressupostos que discutimos neste artigo, podemos inferir que os Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e Comunitários têm um papel

²¹ Como sinalizamos em notas anteriores, as estatísticas para o acompanhamento da covid-19 no Brasil demonstram dados alarmantes, com dois agravantes: a subnotificação dos casos e a alteração da forma de apresentação dos dados pelo Ministério da Saúde a partir de junho/2020.

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia*.

relevante no processo de inclusão de estudantes no ensino superior, democratizando e pluralizando as nossas instituições de ensino superior e, principalmente, corroborando para o enfrentamento de políticas excludentes e para a construção de outro projeto societário.

Destarte, a atuação na inclusão social dentro de uma sociedade excludente como a nossa se faz necessária para que não se permita no “futuro” o que ocorre no presente, pois não podemos esperar pelo amanhã para incluir milhares de sujeitos que sofrem diante das desigualdades sociais e educacionais, bem como do racismo estrutural, construídas histórica e socialmente. É preciso incluir, é preciso contar as histórias de ingresso no ensino superior e da conquista desses sujeitos, cujas histórias de vida permitem vislumbrar que os sonhos são possíveis.

Todavia, é importante que os Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e Comunitários também estejam engajados em projetos que vislumbram a demanda pela garantia de direitos sociais, dentre eles o direito à educação. É preciso inserir-se, também, no debate político para fortalecer as reivindicações populares por um lado e, por outro, denunciar os projetos, as políticas, os programas excludentes, apontando a perversidade da instauração da política de extermínio (necropolítica) de parcela da sociedade brasileira ao negar-lhes os direitos básicos.

Ademais, são espaços que permitem engendrar, por meio das discussões dos direitos e da cidadania, outras possibilidades de organização social que superem o modelo existente, afinal outro mundo é possível.

Referências

- BRASIL. Parecer do CNE/CP/no.05/2020. MEC. Brasil: MEC-CNE, 2020.
- CARVALHO, José Carmelo Braz de. Os cursos pré-vestibulares comunitários e seus condicionantes pedagógicos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v.36, n.128, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a03.pdf> (Acesso em: 07/05/2020)
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3ª. ed. RJ: Forense, 2017.
- DEPAEPE, Marc. **Between Educationalization and appropriation: selected writings on the History of Modern Educational Systems**. Leuven: Leuven University Press, 2012.
- ESTEBAN, Maria Teresa. Educação popular: desafio à democratização da escola pública. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 27, n. 71, p. 9-17, Apr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n71/a02v2771.pdf> (Acesso em: 07/05/2020)
- DAVIS, Angela; KLEIN, Noemi. **Construindo movimentos: uma conversa em tempo de pandemia** [recurso eletrônico]. SP: Boitempo, 2020.
- FARO, André; BAHIANO, Milena de A.; NAKANO, Tatiana de C.; REIS, Catielle;
- SILVA, Brenda F. P. da; VITTI, Laís S. Covid-19 e a saúde mental: A emergência do cuidado. **PrePrints Scielo**. 2020. Disponível em:

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia*.

<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/146/175> (Acesso em: 11/05/2020).

HARARI, Yuval Noah. **Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade** [recurso eletrônico]. SP: Companhia das Letras, 2020.

IBGE **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal pnad contínua 2018** - Análise dos resultados. IBGE/PNAD Contínua. 2018. Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2018/Analise_dos_resultados_TIC_2018.pdf (Acesso em: 10/05/2020).

IBGE. Acesso à internet e à televisão e posse da internet móvel para uso pessoal - Informativo. **PNAD Contínua**, 2020. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf (Acesso em: 10/05/2020)

INEP/ENEM. **Nota de Esclarecimento**. 18/05/2020. Disponível em:

http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/nota-d-e-esclarecimen-7/21206 (Acesso em: 19/05/2020).

KLEIN, Ruben; FONTANIVE, Nilma; CARVALHO, José C. B. de. O desempenho de alunos dos cursos pré-vestibulares comunitários no ENEM 2006: análise de um possível impacto da capacitação de professores. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 373-392, Sept. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n56/a05v1556.pdf> (Acesso em: 07/05/2020).

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está a venda**. SP: Companhia das Letras, 2020.

LEMOS, Iara. Em Reunião com senadores, Weintraub diz que ENEM não foi feito para corrigir injustiças. **Caderno Educação**. SP: Folha de SP, 2020.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/em-reuniao-com-senadores-weintraub-diz-que-enem-nao-foi-feito-para-corriger-injusticias.shtml> (Acesso em: 05/05/2020)

LOPES, Alice Casimiro; LOPEZ, Silvia Braña. A performatividade nas políticas de currículo: o caso do ENEM. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 89-110, Apr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/05.pdf> (Acesso em: 06/05/2020)

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Artes e Ensaios**. N. 32 dez.2016.

MITRULIS, Eleny; PENIN, Sônia Teresinha de Sousa. Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 36, n.

BALDAN, M. *Cursinhos Pré-Vestibulares Populares e a potencialidade do seu projeto social: muito além da pandemia*.

128, p. 269-298, Aug. 2006 .Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/cp/v36n128/v36n128a02.pdf> (Acesso em: 07/05/2020).

ORNELL, Felipe; SCHACH, Jaqueline B.; SORDI, Anne O.; FELIX, H.P. Pandemia de medo e Covid-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Revista Debates in Psychiatry**. Ahead of print. 2020. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/arquivos/pandemia-de-medo-e-covid-19-impacto-na-saude-mental-e-possiveis-estrategias> (Acesso em: 11/05/2020)

PEREIRA, João T. Educação e Sociedade da Informação. IN: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3. ed. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2011.

RIMOLI, Joseky; SPATTI, Ana C.; CAMPOS, Matheus L. de; LIMA, Flávia T. de. Cursinhos comunitários e o direito à educação: a história do cursinho pré-vestibular Colmeia. **Em Extensão**. V.18, N.2, jul./dez., 2019.

SANTOS, Boaventura de S. **A cruel pedagogia do vírus** [recurso eletrônico]. SP: Boitempo, 2020.

VARGAS, Hustana Maria. O SISU na berlinda: presente e uma provocação para o futuro. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 35, e215020, 2019 . Disponível em:<https://www.scielo.br/pdf/edur/v35/1982-6621-edur-35-e215020.pdf> (Acesso em: 06/05/2020).

VEIGA, Cynthia G. Discriminação social e desigualdade escolar na história política da educação brasileira (1822-2016): Alguns apontamentos. **Hist. Edu. (online)**. V.21 n.53. set./dez., 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/heduc/v21n53/2236-3459-heduc-21-53-00158.pdf>
(Acesso em: 02/05/2020).

VIANNA, Luis Fernando. “Talvez seja infundável o luto dos familiares”, diz Maria Rita Khell. **Revista Época**. 19/04/2020. Atualizado em 21/04/2020. Disponível em:
<https://epoca.globo.com/talvez-seja-infundavel-luto-dos-familiares-diz-maria-rita-keh1-1-24382274>. (Acesso em: 06/05/2020)

YANCY, George. Judith Butler: O luto é um ato político em meio à pandemia e suas disparidades. **Caderno Pelo Mundo**. Carta Maior. 04/05/2020. Disponível em:
<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Pelo-Mundo/Judith-Butler-O-luto-e-um-ato-politico-em-meio-a-pandemia-e-suas-disparidades/6/47390> (Acesso em: 07/05/2020)

Enviado em: 17/06/2020

| Aprovado em: 02/09/2023

